



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TRANCOSO

ATA n.º 21

QUADRIÉNIO DE 2021 - 2025

(Artigo 57º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro)

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE TRANCOSO DE 25 DE SETEMBRO DE 2025**

--- Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas catorze horas e trinta minutos, no auditório do Pavilhão Multiusos de Trancoso, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Trancoso, legalmente convocada para o efeito e presidida por José Amaral Veiga, seu Presidente. A ordem de trabalhos foi a seguinte: -----

--- **Período de antes da ordem do dia.** -----

--- **Ordem do dia:** -----

--- **Ponto número um** - Apreciação da informação do Senhor Presidente da Câmara, acerca da atividade desta e da situação financeira do Município; -----

--- **Ponto número dois** - Análise, discussão e votação de proposta relativa à 3ª Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa e à correspondente alteração às Grandes Opções do Plano para 2025-----

--- **Ponto número três** – Análise, discussão e votação relativa à 3ª revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa e à correspondente alteração às Grandes Opções do Plano para 2025; -----

--- **Ponto número quatro** - Análise, discussão e votação de proposta relativa à participação variável no IRS;

--- **Ponto número cinco** - Análise, discussão e votação de proposta relativa à fixação da Taxa de IMI, a aplicar em 2026; -----

--- **Ponto número cinco** - Análise, discussão e votação de proposta relativa à redução da Taxa de IMI, prevista no n.º 1 do art.º 112º - A do respetivo Código, em relação à habitação própria e permanente, em função do número de dependentes; -----

--- **Ponto número seis** - Análise, discussão e votação de proposta relativa à atribuição de um apoio financeiro, a cada uma das Freguesias e União de Freguesia do concelho. -----

--- **Período de intervenção do público.** -----

--- Depois de assinada a folha de presenças, para verificação de quórum, constatou-se a falta dos membros da assembleia, João Paulo Rodrigues Matias, substituído por José Jorge dos Santos Carvalho, Patrícia Isabel Fernandes Ramos, substituída por António Augusto Gregório, Carlos Humberto Gaspar Saldanha, substituído por Adérito Pires Correia, Patrícia Raquel Bernardo Ribeiro Lavoura, substituída por Joaquim Jerónimo do Nascimento, Vera Lúcia Tomé Soares Martins e Fausto André Primo Frade, membros do Grupo Municipal do Partido Socialista, Ana Francisca Torres Sarmiento, substituída por Hugo David da Silva Neves, Maria Cristina de Matos Sampaio e Melo Inocência, substituída por Manuel José dos Santos Costa, membros da Coligação Sim, é Possível. Estas faltas foram devidamente anotadas, assim como a registada à Senhora Presidente da Freguesia de Guilherme, Maria Luísa Duarte da Fonseca Silva, substituída por Maria Teresa Ramos Silva. -----

--- Estiveram ainda presentes, em representação da Câmara Municipal, o Senhor Presidente do Município, Amílcar José Nunes Salvador e os Senhores Vereadores, Eduardo António Rebelo Pinto, Ana Luísa Monteiro do Couto, João José Martins Campos de Carvalho e António Cristóvão Ribeiro dos Santos. -----

--- O Presidente da Mesa procedeu à abertura da sessão, mencionando que se encontrava ausente a Senhora secretária, Maria Cristina de Matos Sampaio e Melo Inocêncio, convidando para a substituir a Senhora Deputada Municipal, Sílvia Andreia Esteves do Nascimento Santos. De seguida, fez referência à ata da última Assembleia Municipal, colocando-a a apreciação. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Mário Gonçalves, mencionando que a ata deve corresponder, de forma fiel, ao que efetivamente se passou na sessão anterior. Esclareceu que, relativamente à candidatura da Escola Básica 2,3 de Aguiar da Beira, foi referido pelo Senhor Presidente que a aprovação teria decorrido por pertencer à Direção Regional do Norte, quando, de facto, a candidatura foi aprovada pela CCDR do Centro, informação confirmada junto daquela entidade. Acrescentou que, contrariamente ao mencionado, existem candidaturas aprovadas pela CCDR Centro, indicando que, no total, se encontram aprovadas 43 candidaturas, algumas através do PRR e outras através do BEI, no âmbito do programa de recuperação, reabilitação e modernização das escolas públicas. Reforçou que não existe oposição quanto a este objetivo, sendo comum o esforço pela aprovação das candidaturas, mas questionou se os dados utilizados pelo Senhor Presidente estavam atualizados. -----

--- O Presidente da Mesa esclareceu que a ata deve reproduzir fielmente as intervenções proferidas em sessão, não cabendo à mesa corrigir ou alterar dados factuais eventualmente erróneos. Sublinhou que a ata não estava incorreta, porquanto transcrevia exatamente o que havia sido dito pelo Senhor Presidente da Câmara, ainda que este pudesse ter incorrido em imprecisão. Assinalou que o Deputado poderia sempre usar o período antes da ordem do dia para suscitar esclarecimentos ou correções de facto. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Mário Gonçalves, informando que com o devido respeito, apresentaria um protesto quanto à ata da última sessão, uma vez que nela ficou registada uma afirmação incorreta relativa à candidatura da Escola Básica 2,3 de Aguiar da Beira, solicitando que este protesto fique escrito na ata, para memória futura. -----

--- No uso da palavra o Presidente da Mesa informou que não havendo mais intervenções sobre a redação da ata, iria ser colocada a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com trinta e sete votos a favor, uma abstenção e um voto contra. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Hugo Neves, apresentando uma Moção e um voto de Louvor em nome da Coligação Sim, é Possível: “ O Grupo parlamentar da Coligação Sim é Possível PSD/CDS apresenta à Assembleia Municipal de Trancoso, em sessão ordinária do dia vinte cinco de Setembro de dois mil e vinte e cinco , uma Moção com Voto de Louvor e reconhecimento público a todos os que com coragem , determinação e espírito de sacrifício se envolveram no combate a um dos maiores Incêndios do País , denominado "Incêndio de Trancoso" que na semana de nove a quinze de Agosto reduziu a cinzas uma boa parte do Concelho de Trancoso, deixando para traz centenas de hectares de área ardida marcados pela destruição, pela perda de culturas nomeadamente as mais predominantes Castanheiro, Oliveiras, Vinhas, muitos pastos e uma enorme área florestal de pinheiros e carvalhos que era uma "reserva económica" para o nosso concelho. Este voto de louvor é dirigido, a todos os Bombeiros Voluntários destacando em especial os nossos corpos de Bombeiros Voluntários de Trancoso e Vila Franca das Naves, realçando todos os outros

corpos de bombeiros do Distrito da Guarda e Distritos limítrofes, sem esquecer todas as corporações de bombeiros do país que deram provas de dedicação à nossa população. Dirigimos também à Guarda Nacional Republicana, aos sapadores florestais, ao exército, ao ICNF, proteção Civil, às Juntas de Freguesia, ao Município de Trancoso, diversas empresas, e por último, mas talvez das mais importantes a toda a população que esteve na linha da frente e que em conjunto lutou contra algo difícil de explicar impossível de controlar que ultrapassou abalou tudo e todos. Só em conjunto foi possível que a calamidade não fosse maior, só assim foi possível proteger vidas humanas, salvaguardar habitações e defender alguns bens. Há sempre a lamentar a falta de agilidade e de ação de outros, no entanto os que fazem e fazem bem superam essas insensibilidades. A Coligação Sim é Possível, pretende com este voto de louvor afirmar que terá sempre presente o exemplo dado por todos os que com sacrifício pessoal e dedicação disseram sim nesta semana que deixou uma mancha negra no nosso concelho. Solicitamos desta forma ao Governo, Ex.ma Senhora Ministra da Administração Interna, uma rápida, urgente e capaz reestruturação da orgânica de todas as entidades que fazem parte dos dispositivos não só do combate aos Incêndios, mas também da sua prevenção, este contributo não extingue todos os incêndios à nascença, mas evitará muitos certamente. Neste sentido requeremos ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que encaminhe esta Moção para o ministério da Administração interna, para a CIM Beiras e Serra da Estrela, bem como para a CCDDR Centro. Grupo Parlamentar da Coligação Sim é Possível PSD/CDS, Trancoso 25 de setembro de 2025." ---

--- O Presidente da mesa da Assembleia, informou que se encontrava a discussão a Moção apresentada. --

--- Inteveio o membro da assembleia, João Baptista, mencionando que enquanto dirigente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Trancoso, agradece a moção de reconhecimento. Corrigiu que o incêndio decorreu até o dia 18 de agosto, segunda-feira, e referiu que, durante o período de 9 a 18 de agosto, foram servidas mais de 7.000 (sete mil) refeições. Propôs que o agradecimento fosse também extensivo às entidades envolvidas, nomeadamente os Bombeiros Voluntários de Vila Franca das Naves, à GNR e outras instituições mencionadas, sublinhando a colaboração entre os corpos de bombeiros do concelho. -----

--- Inteveio o membro da assembleia, Daniel Joana, declarando que a bancada do PS se associa e votará favoravelmente a moção, reconhecendo o esforço e dedicação de todos os intervenientes durante os dias de grande exigência e dramatismo do incêndio, incluindo Autarcas, Bombeiros e GNR. Acrescentou que seria importante que os apoios às pessoas afetadas fossem atribuídos com celeridade, solicitando também ao Governo a agilização desses pagamentos. -----

--- O Presidente da mesa da Assembleia, esclareceu que a moção foi apresentada pela coligação "Sim é Possível", assinada pelo Deputado Hugo Neves, e referiu a sugestão do Deputado João Batista de a encaminhar também aos Bombeiros de Trancoso, Bombeiros de Vila Franca das Navas e GNR, salientando a necessidade de identificar claramente os destinatários. Alertou que eventuais pedidos de celeridade na atribuição de apoios pelo Governo, mencionados pelo Deputado Daniel Joana, não se traduzem em alterações à moção, cabendo à iniciativa governamental decidir sobre a execução desses apoios. Propôs que a moção, além de ser encaminhada ao Ministério da Administração Interna, à CIMRBSE e à CCDDR Centro, fosse igualmente enviada a todas as entidades envolvidas, nomeadamente aos Bombeiros de

Trancoso, Bombeiros de Vila Franca das Navas e GNR, incluindo um parágrafo solicitando ao Governo celeridade na atribuição dos apoios às vítimas do incêndio. A moção foi submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade. De seguida informou que se iria entrar no período de antes da **Ordem do Dia**. -

--- Interveio o membro da assembleia, Leonel Alves, mencionando que na sua última intervenção nesta Assembleia Municipal, dirigiu palavras de agradecimento a todos os membros do Órgão Deliberativo pelo trabalho realizado durante o mandato, destacando o papel central da Assembleia na tomada de decisões estratégicas para o concelho de Trancoso. Manifestou reconhecimento aos Presidentes das 21 Juntas de Freguesia e aos Deputados Municipais, salientando o empenho de todos na defesa dos interesses das respetivas freguesias, em particular de Vila Franca das Naves, sua localidade de origem. Expressou ainda reconhecimento ao Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Veiga, e às Secretárias, em especial à Dra. Luísa, pelo profissionalismo, seriedade e imparcialidade na condução dos trabalhos. Ressaltou a importância da colaboração e das críticas construtivas, mencionando como exemplos dos deputados Mário Gonçalves e o João Caramelo e afirmou que se manteve sempre focado nas questões locais e no interesse do concelho, sem recorrer a pesquisas externas, valorizando o conhecimento adquirido ao longo da sua carreira. Recordou o discurso do Senhor Presidente da Assembleia, onde foi referido que há 36 anos se encontra ligado à vida política, salientando o seu próprio percurso de militância e dedicação ao Partido Socialista (PS), desde os tempos de estudante em Coimbra, sempre de forma desinteressada e sem pedir benefícios pessoais. Declarou a sua fidelidade ao PS, inspirado no legado de Mário Soares, pelo seu ideal de “socialismo em liberdade e humanista”. Referiu ter aceite integrar a lista do PS à Assembleia Municipal por acreditar na seriedade do Dr. Carlos Martins e do Professor Doutor Daniel Joana, bem como pela ligação pessoal e política ao concelho e às suas gentes. Teceu palavras de apreço aos técnicos municipais, pelo profissionalismo e disponibilidade, e aos senhores vereadores (incluindo João Carvalho, Cristóvão Santos, Eduardo Pinto e Ana Couto), sublinhando a assiduidade e o interesse demonstrado. Reconheceu igualmente a postura colaborativa da oposição, destacando a aprovação por unanimidade de várias propostas camarárias. Em relação ao Senhor Presidente da Câmara, deixou uma nota de forte admiração, reconhecendo-o como “um grande Presidente”, trabalhador, honesto, humilde e equitativo. Sublinhou ainda o equilíbrio financeiro alcançado no mandato, nomeadamente o pagamento de diversas dívidas, incluindo o caso complexo da Central de Camionagem de Trancoso, do Campo da Feira de Trancoso e do Centro Cultural Miguel Madeira em Vila Franca das Navas, tendo, apesar disso, conseguido deixar obra significativa., destacando a intervenção do deputado João Paulo Matias na assessoria a este processo. Concluiu manifestando confiança de que, no futuro, o Professor Doutor Daniel Joana, o Dr. Carlos Martins e as Juntas, em representação do PS, terão todas as condições para prosseguir e melhorar o trabalho realizado, dado o asseio das contas municipais. Expressou o desejo de que, independentemente de quem vier a governar, manterá o mesmo respeito e consideração. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Rafael Figueiredo, referindo que, mais uma semana se passou e o SAP de Trancoso permaneceu encerrado durante toda a semana, assim como já acontecera na semana anterior. Reconheceu as dificuldades nacionais e locais, em particular a falta de médicos e enfermeiros, mas

considerou que a situação não pode ser aceite com resignação, exigindo alternativas e soluções, sejam elas de natureza pública ou privada. Recordou que o PSD, enquanto oposição, apresentou diversas moções nesta Assembleia relativamente ao problema da saúde, algumas acompanhadas pela bancada do PS e outras não. Reforçou que a coligação PSD/CDS terá como prioridade resolver a questão da saúde em Trancoso, defendendo uma atitude proativa do executivo municipal. Criticou a postura de esperar por soluções externas, sublinhando que o Primeiro-Ministro prometeu resolver o problema de imediato, mas não conseguiu, dadas as circunstâncias. Defendeu que compete ao próximo Presidente da Câmara, em articulação com o Governo Central, a ULS da Guarda e, se necessário, com entidades privadas, desenvolver todos os esforços, deslocações e reuniões para que a falta de cuidados de saúde em Trancoso deixe de ser uma realidade. Concluiu afirmando que os idosos, crianças e jovens do concelho merecem igual acesso à saúde e garantiu que a coligação PSD/CDS “irá fazer acontecer”. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Baptista, declarando que esta seria a sua última intervenção política local, após 38 anos de atividade como deputado municipal. Assinalou que nasceu em Trancoso há 64 anos, tendo celebrado o seu aniversário a 15 de agosto, e afirmou continuar a sentir-se com capacidade física e mental para contribuir para a comunidade, ainda que fora do âmbito político direto. Referiu ter deixado de acreditar em determinadas orientações políticas e previu uma fragmentação sem precedentes na política local, com perda de valores e princípios. Criticou alguns atores políticos, considerando que não passam de “vedetas”, e alertou para a necessidade de maior responsabilidade e consciência no futuro de Trancoso. Expressou profundo agradecimento ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, reconhecendo o apoio prestado, em especial à associação de Bombeiros da qual é dirigente, sublinhando que foi ajudado de forma surpreendente e sem pedir. Afirmou ter pena pelo facto de o Presidente não continuar nos destinos da Câmara. Dirigiu igualmente palavras de apreço ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Amaral Veiga, destacando a sua isenção, tolerância, visão política e a forma responsável e afável como sempre conduziu os trabalhos da Assembleia. Reconheceu a sua importância como “dinossauro com capacidade sem precedentes” e lamentou a sua saída. No final, evocou ainda a memória de Mário do Carmo Lopes Castela, que lhe transmitira ensinamentos sobre a política local e fez referência ao seu legado familiar, mencionando que tem “sangue de 1640” e antepassados que estiveram presentes em 1385, na Batalha de Aljubarrota. Concluiu agradecendo a todos os membros da Assembleia e reafirmando que, apesar de abandonar a vida política local, continuará a acompanhar a vida do concelho com atenção e sentido crítico, desejando o melhor para Trancoso e para as suas gentes. -----

--- No uso da palavra o Presidente da Assembleia, agradeceu ao Deputado João Batista as palavras que lhe foram dirigidas, reconhecendo o seu carácter elogioso, embora considerando que pecaram por excesso. Manifestou, ainda assim, a sua gratidão pelo apreço demonstrado. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Caramelo, na qualidade de Presidente do Grupo Municipal da Coligação, interveio após a intervenção do Deputado Leonel Alves, sublinhando que até ao final da sessão da Assembleia Municipal, referente ao mandato 2021-2025, lhe competia institucionalmente representar o grupo. Em nome da Coligação, dirigiu palavras de reconhecimento ao Senhor Presidente da Assembleia

Municipal, Dr. Amaral Veiga, destacando a forma elegante, sóbria e competente como conduziu os trabalhos ao longo do mandato, desejando-lhe as maiores felicidades futuras, “seja a fadar, rimar ou aplaudir o Benfica”. Relativamente ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, reconheceu a sua dedicação e esforço ao longo do exercício de funções, ainda que tenham existido divergências e críticas, que disse terem sido sobretudo pelo que não foi realizado. Referiu que a vida política tem início, meio e fim, admitindo que o atual ciclo do Presidente possa estar a terminar, e apresentou votos de felicidades pessoais e profissionais. Concluiu pedindo que estas palavras ficassem registadas para memória e glória futura, conforme também já havia sido referido pelo Deputado Mário Gonçalves. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Daniel Joana, para se dirigir a todos os Deputados Municipais que previsivelmente findam a sua atividade neste mandato da Assembleia Municipal, referindo ter sido um gosto debater, ao longo de 4 anos, os assuntos mais importantes do concelho de Trancoso, ainda que com visões distintas, mas sempre com mais valia para a comunidade. Dirigiu igualmente palavras de apreço ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que ao longo de 12 anos coordenaram os trabalhos, considerando que estes foram de primeira importância para o concelho. Na sua intervenção, referiu ainda o Deputado João Rafael Figueiredo, recordando uma expressão do celebre primeiro ministro inglês Winston Churchill, “nunca interrompas um adversário quando está a cometer um erro”, sublinhando que, para além de adversários, são também amigos, e assim devem continuar a considerar-se, contudo, considerou que o Deputado estaria a cometer um erro ao afirmar que resolveria os problemas de saúde em Trancoso caso viesse a ser eleito. Acrescentou que nem o Primeiro-Ministro conseguiu resolver esta questão, apesar de dispor de todos os recursos, lembrando os casos do Amadora-Sintra, do Garcia da Horta e dos Hospitais da Universidade de Coimbra, que igualmente enfrentam carência de médicos. Concluiu que, por isso, seria ingenuidade ou ilusão afirmar que um candidato à Câmara de Trancoso poderia garantir a resolução imediata do problema, defendendo que apenas diligências junto de quem tem competência para tal podem contribuir para uma solução, como já foi feito no passado. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Rafael Figueiredo, mencionando ao Deputado Daniel Joana que a amizade pautará sempre a nossa relação. Naturalmente, no combate político não partilhamos da mesma visão nem das mesmas ideias. Ainda assim, como disse e muito bem, não ficarei parado, não ficarei à espera que as coisas simplesmente aconteçam, tomarei medidas, terei a iniciativa e é isso que prometo a todos os Trancosenses e a esta Assembleia, ao contrário do que aconteceu no passado, quando o PS nunca teve a iniciativa, e também este Executivo que igualmente não a demonstrou. Amizade sim, mas também ação e responsabilidade. -----

--- No uso da palavra, o Senhor Presidente do Município, começou por esclarecer a questão levantada pelo Deputado Mário Gonçalves relativamente à Ata, reconhecendo que poderá ter havido incorreção quanto à referência de Aguiar da Beira não pertencer à CCDR Centro, agradecendo o reparo. Sublinhou ainda que a candidatura ao Parque Escolar foi entregue dentro do prazo, até 30 de abril, através do PRR, mas que este não foi suficiente, estando agora a expectativa voltada para um eventual financiamento do Banco Europeu de Investimento, salientando que a Câmara não baixou os braços nesta matéria. Referiu o aumento

significativo de alunos no Agrupamento de Escolas de Trancoso, com mais de 40 alunos entre 2023/2024 e 2025/2026, salientando a centralidade e qualidade do concelho, realçando, ainda, a chegada de mais 5 alunos, para o presente ano letivo, provenientes de Angola. Relativamente à moção sobre os incêndios apresentada pelo Deputado Hugo Neves, afirmou que a Câmara se revê no texto, destacando a necessidade de mudanças profundas na prevenção, vigilância e combate. Em resposta ao Deputado Leonel Alves, agradeceu as palavras, embora as tenha considerado exageradas, reforçando que os autarcas estão para servir, com rigor, isenção, respeito e diálogo. Destacou o orgulho em servir os Trancosenses e manifestou a vontade de continuar a trabalhar pelo progresso do concelho. Quanto à saúde, em resposta ao Deputado João Rafael, salientou que se trata de um tema demasiado sério para ser tratado com demagogia ou populismo. Recordou que a saúde é competência do SNS, não da Câmara, que ainda assim colabora com meios logísticos: viatura e funcionário afetos ao Centro de Saúde. Lembrou que existem cerca de 1.900 utentes sem médico de família no concelho, havendo atualmente 4 médicos (Drs. Luís Sousa, Luís Duarte, Escada Rebelo e João Guerra), 13 enfermeiros, e que o SAP tem registado encerramentos frequentes ao fim de semana. Informou que o posto de saúde de Vila Franca das Naves está concluído e será entregue em breve, esperando que as consultas regressem, após os cinco meses de encerramento. Em resposta ao Deputado João Batista, agradeceu as referências ao trabalho da Câmara, destacando o papel fundamental do associativismo em Trancoso, em especial os Bombeiros, essenciais no combate aos recentes incêndios que afetaram o concelho de Trancoso. Reconheceu que a Câmara não conseguiria sozinha substituir o trabalho das associações, IPSS e juntas de freguesia, assinalando a melhoria da situação financeira municipal, o que permitirá reforçar apoios. Informou que, na próxima semana, será avaliada a resolução de problemas pendentes com os Bombeiros de Trancoso, incluindo a cedência de mais terreno junto ao quartel de Trancoso e apoio ao projeto do parque de viaturas dos Bombeiros de Vila Franca das Naves. Em resposta ao Deputado João Caramelo, agradeceu igualmente as palavras, realçando a importância da seriedade, lealdade, respeito mútuo e espírito de colaboração, apesar das naturais divergências políticas. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Mário Gonçalves, mencionando que iria retirar a carta que havia ficado de endossar, agradecendo o reconhecimento recebido. Destacou que esta Assembleia Municipal é um exemplo de democracia pluralista, em contraste com o clima que se vive na Assembleia da República, sublinhando o cuidado existente nesta casa com a linguagem adequada, respeito mútuo e transparência. Agradeceu o comportamento de todos os presentes, reforçando as palavras do Deputado João Caramelo, com as quais concorda inteiramente, sublinhando que as críticas, aqui, apresentadas são sempre acompanhadas de soluções. Expressou o seu agradecimento ao Presidente da Assembleia Municipal pela forma como conduziu os trabalhos, desejando-lhe as maiores venturas, bem como ao Presidente da Câmara, estendendo o agradecimento ao Secretariado pela colaboração prestada ao longo do mandato. Por fim, desafiou o Senhor Presidente da Câmara, a continuar a sua vida política, referindo que ainda é jovem. -----

--- No uso da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal informou que terminado o período de antes da ordem do dia, se iria passar ao **ponto um** da ordem de trabalhos. -----

--- No uso da palavra, o Senhor Presidente do Município, referiu que este foi o pior Verão que viveu como

Presidente da Câmara e como Trancosense, destacando a tragédia dos incêndios que ocorreram entre 9 e 17 de agosto, com prejuízos estimados em mais de 5.000.000,00€ (cinco milhões de euros), valor também referido pelo Comandante do Destacamento Territorial da GNR de Pinhel. Foram destruídos castanheiros, olivais, vinhas, explorações agrícolas e infraestruturas públicas. Salientou a preocupação com as captações e linhas de água da albufeira da Teja, estando já em curso trabalhos de prevenção para evitar a contaminação pelas cinzas. Sublinhou que, apesar da dimensão da tragédia, o aspeto positivo foi não se terem verificado perdas de vidas humanas, nem acidentes graves. Referiu ainda que a tragédia coincidiu com a Feira de São Bartolomeu, inaugurada a 8 de agosto, tendo sido cancelados apenas dois dias do evento, salvaguardando os cerca de 200 expositores que já tinham pago a sua participação. Destacou o papel dos serviços externos, administrativos e do gabinete de candidaturas, fundamentais na execução de projetos com recurso a fundos comunitários. Registou a inauguração da requalificação dos Paços do Concelho, em 4 de julho, obra que dignifica trabalhadores e munícipes. Informou que a rede viária municipal está praticamente toda requalificada e sinalizada, sublinhando que hoje Trancoso pode orgulhar-se das suas infraestruturas. Referiu também outras obras concluídas ou em fase final, como o Centro BTT, que abrirá no próximo fim de semana com a prova das “Três Horas de Resistência”, o Albergue em Vale do Seixo, obras em Maçal da Ribeira e intervenções no Reboleiro e em Valdujo. Mencionou ainda as receções a governantes após os incêndios, que resultaram em compromissos concretos. Informou que em breve, no Sátão, serão assinados contratos-programa no valor de cerca de 139.200,00€ (cento e trinta e nove mil e duzentos euros) e 156.000,00€ (cento e cinquenta e seis mil euros), num total de aproximadamente 300.000,00€ (trezentos mil euros), destinados a trabalhos de estabilização de emergência na Barragem da Teja e nas linhas de água. -----

--- Interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Reboleiro, José Nascimento, referindo os incêndios de agosto e classificando-os como uma crise difícil de esquecer e que provocou grande aflição em todas as localidades. Destacou a presença e solidariedade do Senhor Presidente da Câmara, dos Vereadores e do Sr. Eduardo Pinto, bem como o acompanhamento prestado pela Proteção Civil, pelos sapadores, pela GNR e, em especial, pelo Comandante, Paixão, dos Bombeiros Voluntários de Trancoso, que respondeu de forma profissional às solicitações. Assinalou, contudo, a descoordenação da Proteção Civil a nível nacional, com viaturas de bombeiros de várias regiões do país (Alentejo, Lisboa, entre outras) que não conheciam o terreno e que, por falta de autorização, não intervieram, causando frustração. Referiu ainda a destruição de algumas bocas de incêndio, apelando a que Câmara ou a empresa Águas da Teja, possam fazer verificações regulares. Sublinhou a boa coordenação na freguesia do Reboleiro, onde a limpeza e isolamento prévios do açude permitiram o abastecimento de viaturas, helicópteros e populares, revelando-se essencial no combate. Reforçou a importância de se atacar os incêndios na origem, salientando que a limpeza de matas, embora necessária, não é suficiente se não houver intervenção imediata. Registou com mágoa a perda de património, mas elogiou o bom senso da Câmara Municipal, que convocou uma reunião já na segunda-feira seguinte aos incêndios para recolha de dados e preparação de candidaturas de apoio. Manifestou o desejo de que os apoios cheguem em tempo útil e sugeriu a elaboração de um plano de reflorestação, com apoio

de empresas e associações. Agradeceu ainda a presença do Executivo Municipal e da Assembleia na inauguração de obras no Reboleiro, salientando que estas não são feitas apenas para serem inauguradas, mas é importante dar visibilidade e permitir que a população se associe. Por fim, referiu algumas obras pendentes: a Zona Industrial do Reboleiro (que acreditava ser inaugurada ainda neste mandato), a ponte que necessita de alargamento e a Rua da Ribeira, que aguarda requalificação, solicitando que estes projetos sejam registados como prioritários para o próximo Executivo, pedindo uma pequena reunião para ser informado sobre o estado destes projetos, de modo a assegurar a sua continuidade. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Caramelo, recordando que, logo na primeira sessão da Assembleia Municipal deste mandato, assumiu o compromisso de usar de frontalidade e lealdade perante o Executivo e a população que o elegeu. Reafirmou que, ao longo do tempo, manteve sempre uma discordância séria e construtiva com o Senhor Presidente da Câmara. Referiu às taxas de execução orçamental, salientando que os números utilizados foram sempre fornecidos pelo Executivo Municipal. Reportados a 19 de setembro de 2025, os valores da taxa de execução da receita global é de 48,96%, da receita corrente 54,25% e da receita de capital 22,36%, enquanto que na Despesa - taxa de execução global é de 35,79%, despesas correntes 47,32% e despesas de capital 21,13%. Destacou que, ao longo do mandato, as taxas de execução da receita foram, em regra, mais próximas do orçamentado no final do ano, mas as taxas de execução da despesa, sobretudo de capital, revelaram-se sempre muito baixas. Recordou justificações anteriores apresentadas pelo Senhor Presidente da Câmara, como a pandemia de Covid-19 (2019-2020), a guerra da Ucrânia (a partir de 2022) e ainda os incêndios, mas sublinhou que os dados demonstram um padrão recorrente e não episódios isolados. Apresentou comparativos de anos anteriores, sempre reportados a setembro, em 2022 a taxa de execução da receita foi 54,75% e a taxa de execução da despesa 34,38%, em 2023 a taxa de execução da receita foi 59,33%, e a taxa de execução da despesa 40,88% e em 2024, a taxa de execução da receita foi 52,84% e a taxa de execução da despesa 38,27%. Sublinhou que nunca, em qualquer ano do mandato, a taxa de execução da despesa atingiu 50%, o que considera revelar orçamentação inflacionada ou incapacidade de execução. Mencionou em abril de 2022, o que consta da ata: “.... Estas taxas de execução, significam nomeadamente que na taxa de execução da despesa diz respeito, significa, salvo melhor opinião, que o executivo municipal não manifestou preocupação com o investimento, enquanto indutor do desenvolvimento, criação de riqueza e de postos de trabalho. Por outro lado, a existência de uma taxa de execução de bens de capital de ... tem como significado útil, necessário e adequado ...a existência de uma baixa taxa de execução de obras ...”, realçando que em setembro de 2025 pode usar o mesmo raciocínio e as mesmas palavras. Questionou as obras emblemáticas: a necrópole de Moreira de Rei, que em 2021 já estava “quase concluída”, mas em 2025 continua por terminar; o Castelo, cuja Torre de Menagem se mantém degradada; o Museu, sem evolução e o Cemitério, referindo-se as intervenções anteriores do Deputado João Batista. Considera que em quatro anos nada de relevante foi concretizado nestes projetos. Lembrou ainda as promessas relacionadas com o turismo, reabilitação de escolas e floresta, considerando que o balanço não é muito positivo. Reforçou a sua crítica com dados do Plano Municipal da Ação Climática, que confirma a tendência de decréscimo populacional no

concelho de Trancoso, salientando que nos Censos 2021, a densidade populacional era de 23,27 habitantes/km² (inferior à média da NUTIII Beiras e Serra da Estrela que é 33,40 habitantes/km², e à NUTII Centro que registava 78,98 habitantes/km²). O documento aponta um decréscimo contínuo da densidade populacional desde 2011, com projeções negativas para 2030, 2040 e 2050. Concluiu sublinhando que, após 4 anos de mandato, não houve execução significativa de projetos estruturantes, nem medidas capazes de contrariar o despovoamento, deixando como balanço final uma apreciação negativa da governação municipal. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Baptista, em virtude da intervenção do deputado José Nascimento, manifestando uma forte desilusão com o atual sistema de ataque e combate aos incêndios em Portugal, considerando-o uma “desorganização absoluta” que necessita de uma nova filosofia e reestruturação. Recordou que, no dia 29 de agosto, na presença do Senhor Secretário de Estado, Rui Rocha, do Presidente da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, do Presidente da Liga dos Bombeiros e do Presidente da Câmara de Trancoso, expressou diretamente as suas críticas e propostas de mudança. Defendeu que os autarcas, enquanto primeiros responsáveis pela proteção civil no concelho, devem ser os primeiros guias no terreno. Criticou o facto de comandantes locais, como João Paixão (Trancoso) e o de Vila Franca das Naves, serem desvalorizados em favor de comandantes vindos de longe (Odemira, Évora), que desconhecem o território. Realçou que entre 9 e 18 de agosto, esteve continuamente na sede dos Bombeiros, testemunhando falhas graves na coordenação, considerando um exagero a mobilização de cerca de 800 operacionais e 300 viaturas num único teatro de operações, sem resultados proporcionais. Lembrou a sua experiência desde 1976 como bombeiro, afirmando que, com 600 homens, o espaço rural era então defendido de forma mais eficaz, evitando destruições tão extensas como as atuais. Reforçou que a prioridade deve ser reorganizar o sistema e valorizar o conhecimento local dos autarcas e comandantes. -

--- No uso da palavra o Presidente do Município, respondeu às intervenções, começando pelas questões levantadas pelo Presidente da Junta de Freguesia do Reboleiro, assegurando que a Câmara tem apoiado as Juntas com critérios rigorosos e isentos, garantindo que em 2024 todas receberão um apoio mínimo de 14.000,00€ (catorze mil euros), referindo ainda os compromissos assumidos com a ponte sobre o Reboleiro, a zona industrial e as bocas de incêndio. No que respeita à execução orçamental, informou que dos 21.000.000,00€ (vinte e um milhões de euros) em compromissos assumidos, 11.000.000,00€ (onze milhões de euros) já foram executados, justificando atrasos com fatores externos como a pandemia de Covid-19, a guerra na Ucrânia e os incêndios. Quanto às obras, destacou o andamento do Museu da Cidade, a requalificação das muralhas de Moreira de Rei 1.000.000,00€ (um milhão de euros) do PRR, a obra do Largo do Mercado de Vila Franca das Naves, 961.000,00€ (novecentos e sessenta e um mil euros), após concursos desertos, o saneamento de Golfar (adjudicado à empresa Biosfera), bem como o projeto do loteamento de Nossa Senhora da Fresta, através do IHRU, inicialmente lançado com 1.000.190,00€ (um milhão cento e noventa mil euros) mas revisto para cerca de 1.000.700,00€ (um milhão e setecentos mil euros) após concurso ter ficado deserto. Referiu também os conteúdos em curso para o Centro Isaac Cardoso e a Casa do Bandarra. Assinalou intervenções já realizadas, como a requalificação das piscinas municipais (tendo tido

mais 2.000 utilizadores do que no ano 2024), o relvado sintético em Vila Franca das Naves, a pista de atletismo, o centro BTT homologado como Cycling Center, o albergue de Vale do Seixo, o apoio ao parque de caravanismo, bem como diversas obras de saneamento e sinalização horizontal. Na área da mobilidade, destacou a carreira diária Trancoso a Vila Franca das Naves e depois à Guarda, em funcionamento há dois anos, garantindo uma ligação direta ao Hospital da Guarda, e a resolução da passagem pedonal na Linha da Beira Alta, em Vila Franca das Naves, em articulação com as Infraestruturas de Portugal. Relativamente à rede viária, informou que cerca de 24 estradas municipais já foram requalificadas e pavimentadas, salientando ainda as intervenções de embelezamento das entradas de Trancoso, com rotundas alusivas ao património local. Na área económica, salientou a criação de uma nova área de acolhimento empresarial com 15 lotes, praticamente todos ocupados e lembrou que Trancoso ocupa o 3.º lugar no distrito da Guarda em faturação de PME Líder, com 14 empresas certificadas em 2024. Relevou também que o concelho mantém oito instituições bancárias (seis em Trancoso e duas em Vila Franca das Naves), sinal de vitalidade económica. Na educação, destacou o funcionamento do Centro Escolar da Ribeirinha, com 25 alunos, a assunção de competências na área da educação, a revitalização da Escola Profissional de Trancoso, bem como a gratuidade dos transportes escolares e a oferta de manuais. No turismo e património, referiu a requalificação dos postos de turismo de Trancoso e Moreira de Rei e várias obras no Castelo, designadamente nos acessos, torres e posto de atendimento, ficando apenas em falta a Torre de Menagem, devido a problemas com o empreiteiro. Sublinhou ainda a situação financeira estável da Câmara, resultado da política de “contas certas”, bem como o impacto positivo dos eventos e feiras na economia local e na afirmação da marca Trancoso. Por fim, respondeu ao Deputado João Caramelo, rejeitando as acusações de demagogia e eleitoralismo, sublinhando que as obras estão em curso ou concluídas, e que embora a taxa de execução seja baixa, os compromissos orçamentais estão assumidos, concluindo que “vale mais o que está feito do que apenas as taxas”. -----

--- Interveio o membro da assembleia João Caramelo, referindo que, quando o Senhor Presidente da Câmara o acusou de demagogia, tal observação acabou por ser um “ricochete” no próprio discurso, uma vez que apenas se falaram de números e realidades, sem intuito de campanha. Colocou depois uma dúvida “metódica, cartesiana”: como é possível, com taxas de execução orçamental tão baixas, afirmar que se realizaram tantas obras? Comparou a situação ao “milagre da multiplicação dos pães e dos peixes”, sublinhando que, se três quartos do orçamento ficam por executar, não é coerente dizer que tudo foi feito. Questionou, assim, o que ficou efetivamente por fazer, pedindo esclarecimento e apelando a maior rigor no uso das palavras. -----

--- No uso da palavra o Senhor Presidente de Câmara referiu que, apesar de muito já ter sido feito, há sempre mais a realizar, assumindo a vontade de continuar a colaborar com quem vier, para que Trancoso se mantenha como terra de progresso, desenvolvimento, investimento e qualidade de vida. De seguida, retomou a questão dos incêndios levantada pelo deputado João Batista, manifestando total concordância com a desilusão expressa relativamente ao combate e organização atuais. Recordou que transmitiu essa mesma posição em reuniões com Ministros, Secretários de Estado, o Presidente da Autoridade Nacional de

Emergência e Proteção Civil, Dr. José Moura, e o Presidente da Liga dos Bombeiros, Dr. António Nunes, afirmando que a situação “não pode continuar assim”. Sublinhou que a prevenção deve ser feita entre novembro e abril, com recurso a máquinas de rasto e abertura de aceiros, criticando a falta de contenção nos incêndios da Serra de Freches, que facilmente atingem Fiães. Defendeu a obrigação dos proprietários de limpar terrenos e a recuperação das habitações degradadas nas povoações. Destacou o conhecimento dos comandantes e bombeiros locais, que, por viverem no território, sabem antecipar a evolução dos incêndios, ao contrário de comandantes deslocados de outras regiões, que nem conhecem os nomes das povoações. Exigiu o reforço da vigilância durante três a quatro meses críticos de verão, lembrando que no passado, na Serra do Pisco, havia três ou quatro guardas florestais permanentes, garantindo maior eficácia. Defendeu que todas as Juntas de Freguesia devem dispor de kits de combate ao incêndio, cisternas e mangueiras, para intervir na primeira linha. No combate, reforçou que o gabinete técnico florestal deve estar presente no posto de comando, por conhecer linhas de água, caminhos e povoações. Alertou que a falta de planeamento pode levar a tragédias: em 2024 ardeu cerca de 40% do concelho, e se nada mudar, no próximo ano ou no seguinte poderá arder o restante. Considerou inaceitável mobilizar “70 a 80 viaturas de bombeiros e centenas de homens, além de meios aéreos”, sem eficácia proporcional. Concluiu reafirmando a intenção de entregar um documento com medidas concretas ao Governo, defendendo que só com prevenção, vigilância e valorização do conhecimento local se poderá evitar que a tragédia se repita. -----

--- No uso da palavra, o Presidente da Assembleia informou que se encontra concluído o primeiro ponto da ordem do dia, de seguida, deu início ao **ponto dois**. -----

--- No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara, explicou que a presente revisão orçamental, no montante de 175.111,00€ (cento e setenta e cinco mil cento e onze euros), destinando-se exclusivamente a incluir um novo projeto de recuperação das infraestruturas afetadas pelos incêndios florestais de 2025. Referiu que o projeto está inscrito na revisão às Grandes Opções do Plano e que a respetiva receita e despesa decorrem da necessidade de acomodar os protocolos de colaboração, que envolvem o Fundo Ambiental, o ICNF e o Município de Trancoso. -----

--- Não havendo inscrições para apreciação do ponto, o Presidente da Mesa colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. O Presidente informou que se iria passar ao **ponto três** da Ordem do Dia. -----

--- No uso da palavra, o Senhor Presidente de Câmara mencionou que o Município tem procurado ser um município amigo do contribuinte, no âmbito das medidas fiscais. Recordou que, nos termos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, artigo 26.º, n.º 1, os municípios têm direito a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho, relativamente aos rendimentos do ano anterior. Informou que a proposta da Câmara é a de abdicar dessa participação de 5% no IRS, cujo valor previsto rondará 300.000,00€ (trezentos mil euros). -----

--- Não havendo inscrições o Presidente da Mesa colocou o ponto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. De seguida informou que se iria passar ao **ponto quatro**. -----

--- No uso da palavra o Presidente do Município informou que por deliberação da Assembleia Municipal,

define-se a taxa aplicável aos prédios urbanos para vigorar no ano seguinte, entre os limites de 0,3% e 0,45%. De modo a continuar a ajudar os municípios é proposto a fixação de uma taxa mínima de Imposto Municipal sobre Imóveis de 0,3%, para os prédios urbanos, a aplicar em 2025. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Caramelo, apresentando uma crítica construtiva, salientando que, por obrigações profissionais, se tem verificado que alguns municípios concedem isenção de IMI por um prazo superior ao que normalmente é atribuído pelos serviços de finanças. Recordou que os cidadãos que adquiram habitação própria permanente pela primeira vez têm direito a uma isenção automática de IMI de 3 anos, contudo, há Municípios, incluindo alguns deste distrito, que prolongam essa isenção por mais 1 ou 2 anos. Sugeriu que tal possibilidade seja ponderada, mesmo em fim de mandato, seja agora ou no futuro, uma vez que se trata de uma medida que pode contribuir para atrair novos habitantes ao concelho. -----

--- Em resposta o Senhor Presidente de Câmara, agradeceu a informação apresentada, que desconhecia, e exemplificou que, numa habitação avaliada em 100.000,00€ (cem mil euros), com a taxa de 0,3%, o IMI ascende a 300,00€ (trezentos euros), enquanto com a taxa de 0,45% atinge 450,00€ (quatrocentos e cinquenta euros). Referiu ainda que, em imóveis avaliados em 200.000,00€ (duzentos mil euros), a diferença e a poupança são ainda mais significativas. Sublinhou a relevância do contributo do Deputado João Caramelo, considerando tratar-se de uma medida importante para continuar a atrair jovens para o concelho.

--- Não havendo inscrições o Presidente da Mesa colocou o ponto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. De seguida informou que se iria passar ao **ponto cinco**. -----

--- No uso da palavra o Presidente do Município informou que a proposta de redução de IMI em função do número de dependentes será idêntica à do ano anterior. Assim, famílias com um dependente a cargo, a dedução será de 30,00€ (trinta euros), com dois dependentes a cargo a dedução será de 70,00€ (setenta euros) e com três ou mais dependentes a cargo, a dedução será de 140,00€ (cento e quarenta euros). -----

--- Não havendo inscrições para apreciação do ponto, o Presidente da Mesa colocou a proposta à votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto seis**. -----

--- No uso da palavra, o Presidente do Município recordou que, à semelhança do que tem acontecido em anos anteriores, a Assembleia Municipal de abril aprovou um apoio de 8.000,00€ (oito mil euros) para cada uma das 21 freguesias, ficando então assumido que em setembro seria atribuído um segundo apoio. Informou que este novo apoio é de 6.000,00€ (seis mil euros) por freguesia, o que perfaz 14.000,00€ (catorze mil euros) de apoio anual a cada junta de freguesia, mais 1.000,00€ (mil euros) do que no ano transato. Reconheceu que algumas freguesias têm compromissos e projetos que exigiriam apoios superiores, mas explicou que, por razões de fundos disponíveis, não foi possível aumentar os montantes. Recordou que o empréstimo aprovado em 27 de fevereiro pela Assembleia ainda não obteve visto do Tribunal de Contas, condicionando a capacidade financeira. Sublinhou que, ainda assim, não houve diferenças muito significativas relativamente aos apoios atribuídos, e que no passado houve mandatos em que algumas freguesias não beneficiaram de qualquer apoio extraordinário. Manifestou abertura para que, se possível, tais apoios possam vir a ser considerados numa próxima Assembleia, já por um novo executivo. -----

--- Não havendo inscrições para apreciação do ponto, o Presidente da Mesa colocou o ponto seis a votação, proposta relativa à atribuição de um apoio financeiro, a cada uma das Freguesias e União de Freguesia do concelho, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **Período de intervenção do público**. Não havendo intervenções, lavrou-se a minuta desta reunião com os resultados das deliberações tomadas, tendo sido aprovada por unanimidade dos membros da assembleia presentes e assinada pela respetiva Mesa para que produza efeitos imediatos. -----

--- No uso da palavra o Presidente da Mesa da Assembleia, mencionou que antes de encerrar esta sessão, recomenda ao Deputado Hugo Neves que, em conjunto com o Deputado Daniel Joana, encontrem a melhor redação para um parágrafo que permita que a moção fique plenamente harmonizada com aquilo que foi aprovado. Permitam-me agora que, a título de epílogo, dirija algumas palavras de agradecimento neste momento especial, que marca o final deste mandato. Para mim, este não é apenas o encerramento de um ciclo político, é também o momento de uma despedida pessoal, pois não serei candidato nas próximas eleições autárquicas e, muito provavelmente, não voltarei a sê-lo no futuro. Quero começar por agradecer à Mesa da Assembleia, não apenas aos seus membros eleitos, mas também àqueles que, ao longo destes anos, foram sendo nomeados “*ad hoc*”. Entre eles, merecem destaque a deputada Sílvia Santos e o deputado João Santos, que tanto contribuíram para o bom funcionamento dos trabalhos, assumindo com dedicação e competência as funções de segundo secretário. Expresso também um agradecimento muito sincero a todos os Senhores Deputados que nos elegeram, confiando-nos a honra de presidir a este órgão. Agradeço igualmente a todos, sem exceção, pela forma respeitosa e elevada com que sempre conduziram o debate político e defenderam as suas ideias em prol do nosso concelho, sendo que a nossa principal preocupação nunca foi agradar a todos, mas sim cumprir a lei, as regras democráticas e o regimento, se, porventura, nem sempre o conseguimos, reconhecemos, com humildade democrática, que também falhámos, e por isso pedimos desculpa a todos os Senhores Deputados. Deixo igualmente uma palavra de apreço ao Senhor Presidente da Câmara, pela forma leal e institucional como sempre nos tratou, e aos Senhores Vereadores, pelo respeito que mantiveram nas relações com a presidência da Assembleia. Uma menção especial à Senhora Funcionária Cláudia Rebelo, pelo seu profissionalismo, empenhamento, dedicação e lealdade, qualidades que foram fundamentais para o bom funcionamento deste órgão. Idênticas palavras de gratidão estendo à Senhora. Ex-Funcionária Lurdes Susana. Agradeço ainda aos Senhores Funcionários António Luís e Nuno Santos pela sua competência técnica, que hoje mesmo ficou demonstrada ao resolverem um problema de som que surgiu durante a sessão, foi graças à sua capacidade e dedicação que, com meios muito fracos, conseguimos ser pioneiros, no distrito, na transmissão online das sessões da Assembleia Municipal, um marco de modernidade e transparência institucional. Sei que muitos dos Senhores Deputados aqui presentes continuarão nesta casa, pois são novamente candidatos a este órgão ou ao Executivo Municipal. Outros, como eu próprio, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores João Carvalho e Cristóvão Santos, não estaremos cá em funções, mas todos continuaremos, de uma forma ou de outra, a servir a nossa terra e a acompanhar com interesse o futuro do nosso Município, se a Divina

Providência assim o permitir. Terminou desejando as maiores felicidades pessoais e profissionais, formulando votos sinceros para que a próxima campanha eleitoral em Trancoso decorra, como sempre aconteceu no passado, de forma viva, esclarecedora e num ambiente de concórdia e convivência pacífica. Muito obrigado a todos e a todas pela colaboração, pela amizade e pelo respeito com que sempre me distinguiram. -----

--- Interveio o Presidente do Município, deixando uma palavra de sincero agradecimento a todos pela vossa dedicação, brilho e profissionalismo na defesa das políticas que cada um entende serem as melhores para as suas freguesias e para o nosso concelho. A todos, o meu muito obrigado, porque em todos estes anos nunca precisei recorrer à defesa da honra, sinal de que sempre fui tratado com respeito e consideração. Se, por acaso, em algum momento me excedi ou alguma intervenção minha foi mal interpretada, apresento as minhas desculpas. Foi sempre minha intenção contribuir de forma positiva para o debate e para o desenvolvimento do nosso Município. Uma palavra muito especial ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Doutor Amaral Veiga, o senhor é, sem dúvida, um dos melhores, pela forma exemplar como conduziu os trabalhos e pela serenidade com que sempre orientou esta Assembleia, posso dizer que está verdadeiramente na “Liga dos Campeões” das Assembleias Municipais. Sai pela porta grande, com o respeito e a admiração de todos nós. A todos os funcionários, o meu agradecimento pelo profissionalismo e dedicação. Desejo a todos muita paz, alegria e saúde e, quem sabe, que cada um de vós possa chegar, com felicidade, aos cem anos. Muito obrigado a todos. -----

--- Foi encerrada a sessão da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada irá ser assinada pelos Secretários e Presidente da Mesa. -----

--- O Presidente da Mesa da Assembleia

--- O Primeiro Secretário

--- O Segundo Secretário